



REQUERIMENTO Nº , DE 2024

(Do Sr. EVAIR VIEIRA DE MELO)

Solicita que seja convocado o Excelentíssimo Senhor Paulo Teixeira, Ministro do Desenvolvimento Agrário e Agricultura Familiar, para prestar esclarecimentos quanto as ações do Governo sobre as comunidades quilombolas.

Senhor **Presidente**,

Requeiro, com fundamento no art. 50 da Constituição Federal e na forma do art. 219, § 1º, do Regimento Interno, que seja convocado o Senhor Paulo Teixeira, Ministro do Desenvolvimento Agrário e Agricultura Familiar, para prestar esclarecimentos quanto as ações do Governo sobre as comunidades quilombolas.

JUSTIFICAÇÃO

Este requerimento tenciona o comparecimento do Senhor Paulo Teixeira, Ministro do Desenvolvimento Agrário e Agricultura Familiar, para prestar esclarecimentos quanto às ações do Governo sobre as comunidades quilombolas.





Isto porque, conforme noticiado¹, no âmbito do etnodesenvolvimento e da preservação dos territórios quilombolas, o Ministério do Desenvolvimento Agrário e Agricultura Familiar (MDA) e o Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (Incra) entregaram em 15/05/2024 às comunidades quilombolas, um pacote de medidas relacionadas aos territórios. O ato consta da programação do último dia do 2º Aquilombar "*Ancestralizando o Futuro*", que reúne comunidades quilombolas de todo o Brasil, em Brasília. Aquilombar é a maior mobilização do movimento quilombola do Brasil, organizada pela Coordenação Nacional de Articulação das Comunidades Negras Rurais Quilombolas (Conaq).

Desde que o Ministério do Desenvolvimento Agrário e Agricultura Familiar (MDA) foi reestabelecido, em 2023, o Governo Federal tem dado atenção especial aos Quilombolas e aos Povos e Comunidades Tradicionais (PCTs). Na nova estrutura do MDA, foi instituída a Secretaria de Territórios e Sistemas Produtivos Quilombolas e Tradicionais (Seteq), que já realizou diversas ações e políticas públicas, reafirmando o compromisso com esses povos específicos. Nesse sentido, priorizando a demarcação e titulação de terras quilombolas, mais de 6 mil hectares foram titulados, e 50 portarias foram publicadas, reconhecendo mais de 290 mil hectares de terras.

A Mesa Nacional de Acompanhamento da Política de Regularização Fundiária Quilombola, promovida pelo Incra, retomou suas atividades com o objetivo de acompanhar e buscar soluções para os processos relativos à população quilombola, tratando do direito de uso e posse de terra, do acesso às políticas públicas para a permanência nos territórios, e à assistência técnica, crédito e infraestrutura produtiva. A Mesa foi criada há 10 anos e estava desmobilizada há sete. Uma importante ponto para essa pauta foi o

¹ <https://www.gov.br/mda/pt-br/noticias/2024/05/mda-reafirma-compromisso-com-comunidades-quilombolas-durante-2o-aquilombar>





lançamento da plataforma online Terras do Brasil pelo MDA, com o intuito de agilizar o processo de regularização fundiária de terras públicas federais.

No que tange à política de financiamento, a comunidade quilombola passou a integrar o grupo A do Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar (Pronaf A), que financia projetos que geram renda aos agricultores familiares, assentados da reforma agrária e, agora, aos quilombolas. O Pronaf A oferece as mais baixas taxas de juros dos financiamentos rurais.

Outro grande assunto foi a retomada do Selo de Origem Quilombos do Brasil nos produtos comercializados, identificando sua origem étnica e territorial. Pelo Programa de Aquisição de Alimentos (PAA), em iniciativa construída em parceria entre o MDA, o Ministério da Igualdade Racial e o Ministério da Cultura, os povos quilombolas têm prioridade na comercialização. A retomada do MDA e a criação da Seteq reafirmam o compromisso político com os direitos dos povos quilombolas.

Ademais, conforme divulgado², a Mesa Quilombola no Espírito Santo discute a titulação e políticas para as comunidades. Das mais de 100 comunidades capixabas, 50 estão certificadas, 22 estão em tramitação e apenas uma foi titulada. Metas, mão de obra e orçamento específicos foram definidos dentro de um planejamento construído conjuntamente com quem vive nos territórios. A implementação desses princípios para a titulação e oferta de políticas públicas para as comunidades quilombolas foi reforçada em 10/05/2024, com a reinstalação da Mesa Quilombola do Espírito Santo, realizada no auditório central do campus de São Mateus da Universidade Federal do Espírito Santo (Ufes), no norte do Estado, pelo Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (Incra).

² <https://www.seculodiario.com.br/direitos/mesa-quilombola-no-es-discute-titulacao-e-politicas-publicas-para-comunidades>





Os documentos a que se refere são os Relatórios Técnicos de Identificação e Delimitação (RTID), peças-chave no processo de titulação dos territórios quilombolas já certificados pela Fundação Cultural Palmares (FCP), que envolvem um trabalho multidisciplinar por parte do Incra. Após a conclusão, o RTID é publicado oficialmente por meio de portaria federal, permitindo que as terras estabelecidas no relatório sejam tituladas em nome da comunidade.

Essa entrega das terras pode ocorrer de várias formas, como doação, em caso de terras patrimoniais, por meio de compra, em caso de posse ou propriedade privada, ou mediante decisão judicial, quando fica comprovado que a posse da terra quilombola ocorreu de forma ilegal por particulares. Essa última situação ocorre, por exemplo, com terras atualmente sob domínio da Suzano (ex-Fibria e ex-Aracruz Celulose) dentro do território quilombola tradicional do Sapê do Norte, localizado em São Mateus e Conceição da Barra, que foram alvo de grilagem por parte da multinacional, segundo acusação do Ministério Público Federal (MPF). A ação civil pública movida pelo órgão ministerial em 2013 já obteve uma primeira decisão favorável, em 2021, da qual a empresa recorreu em segunda instância.

Nesse contexto, foi divulgada a MESA ESTADUAL DE DIÁLOGO QUILOMBOLA, que ocorrerá em 22/08, no Auditório do Instituto Federal do Espírito Santo - Campus Cachoeiro de Itapemirim, com as participações de Mônica Borges, Coordenadora Geral de Regularização de Territórios Quilombolas (DFQ), Penha Lopes, Superintendente Regional do Incra/ES, e representantes da CONAQ.

Destarte, tendo em vista a competência de fiscalização do Poder Legislativo, apresentamos este requerimento para que sejam esclarecidas oficialmente questões quanto as ações do Governo sobre as comunidades quilombolas.





CÂMARA DOS DEPUTADOS

Sala da Comissão, em de de 2024.

Deputado EVAIR VIEIRA DE MELO

Apresentação: 12/08/2024 19:04:50.470 - CAPAD

REQ n.134/2024



Para verificar a assinatura, acesse <https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/CD244979138800>
Assinado eletronicamente pelo(a) Dep. Evair Vieira de Melo

